



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

EDITAL Nº. 04/2022
PROCESSO SELETIVO ALUNO REGULAR 2023
CURSO DE MESTRADO EM DIREITO PROCESSUAL – PPGDIR/UFES

RESUMO DO EDITAL

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito Processual, área de concentração em Justiça, Processo e Constituição, da Universidade Federal do Espírito Santo faz saber que foi aprovado pelo Colegiado Acadêmico do PPGDIR/UFES o Processo Seletivo Aluno Regular do curso de mestrado em Direito Processual, que será regido por este Edital divulgado no sítio eletrônico do PPGDIR/UFES <http://www.direito.ufes.br>.

ANO	2023
SEMESTRE PARA INGRESSO	2023/1
COORDENADOR DO PROGRAMA	Prof. Dr. Geovany Jeveaux
DATA PUBLICAÇÃO DO EDITAL	11/11/2022
PERÍODO DE INSCRIÇÕES	04 a 19/01/2023
VAGAS	35 vagas
INSCRIÇÃO COM ISENÇÃO	04 a 10/01/2023
RESULTADO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO	11/01/2023
DATA DA PROVA / ETAPA 1	27/01/2023
RESULTADO PARCIAL / ETAPA 1	06/02/2023
RECURSOS / ETAPA 1	06 a 08/02/2023
RESULTADO FINAL / ETAPA 1	14/02/2023
PROJETOS DE PESQUISA / ETAPA 2	23/02/2023
RESULTADO PARCIAL / ETAPA 2	02/03/2022
RECURSOS / ETAPA 2	03 a 06/03/2023
RESULTADO FINAL / ETAPA 2	10/03/2023
PROFICIÊNCIA EM LINGUA / ETAPA 3	13/03/2023
RESULTADO PARCIAL / ETAPA 3	14/03/2023
RECURSOS / ETAPA 3	14 a 16/03/2023
CONVOCAÇÃO DOS SUPLENTES	17/03/2023
PROFICIÊNCIA EM LINGUA / SUPLENTES	20/03/2023
RESULTADO FINAL / ETAPA 3	21/03/2023
PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS ORIGINAIS PARA MATRÍCULA TURMA 2023	22 a 24/03/2023
CONTATO	pos.direito@ufes.br



Processo Seletivo Aluno Regular 2023 - Mestrado em Direito Processual PPGDIR / UFES
Site: www.direito.ufes.br
E-mail: pos.direito@ufes.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

EDITAL Nº. 04/2022
PROCESSO SELETIVO ALUNO REGULAR 2023
CURSO DE MESTRADO EM DIREITO PROCESSUAL – PPGDIR/UFES

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1. A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito Processual - PPGDIR, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, torna públicas as regras do Processo Seletivo para o preenchimento de vagas (Anexo I) para o primeiro semestre letivo 2023, no nível de Mestrado (acadêmico), observando o disposto no Regulamento do PPGDIR e na Resolução Nº 3, de 28 de janeiro de 2022 CEPE/UFES.

1.2. O PPGDIR/UFES possui curso reconhecido pela CAPES, com área de concentração em Justiça, Processo e Constituição. O curso de mestrado do PPGDir/UFES tem por objetivo desenvolver a capacidade de reflexão, investigação e atuação nos campos da docência e da pesquisa, a fim de proporcionar formação de qualidade do professor/pesquisador.

1.3. O PPGDIR/UFES conta com duas linhas de pesquisa:

(a) SISTEMAS DE JUSTIÇA, CONSTITUCIONALIDADE E TUTELAS DE DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS;

(b) PROCESSO, TÉCNICAS E TUTELAS DOS DIREITOS EXISTENCIAIS E PATRIMONIAIS.

1.4. Este Edital é válido pelo período que transcorre entre sua publicação e o término das matrículas no PPGDIR/UFES.

2. DO PÚBLICO

2.1. Poderão participar do Processo Seletivo ao Mestrado do PPGDIR/UFES todos os portadores de Diplomas de Bacharel em Direito, devidamente reconhecidos pelo MEC, bem como concluintes de Graduação, desde que comprovem a colação de grau na data da matrícula no PPGDIR/UFES.

3. DAS VAGAS

3.1. Serão oferecidas para o nível Mestrado em Direito Processual as vagas mencionadas no Anexo I, distribuídas em duas linhas de pesquisa do Programa, a saber:

(a) Linha 1 - SISTEMAS DE JUSTIÇA, CONSTITUCIONALIDADE E TUTELAS DE DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS);

(b) Linha 2 - PROCESSO, TÉCNICAS E TUTELAS DOS DIREITOS EXISTENCIAIS E PATRIMONIAIS.

3.2. O preenchimento das vagas, obedecendo à oferta estabelecida no item 3.1 deste Edital,



Programa de Pós-Graduação em Direito Processual

Processo Seletivo Aluno Regular 2023 - Mestrado em Direito Processual PPGDIR / UFES

Site: www.direito.ufes.br

E-mail: pos.direito@ufes.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

será realizado de acordo com a aprovação e classificação dos candidatos, que concorrem para a vaga disponibilizada pelo orientador indicado previamente.

3.3. Não haverá obrigatoriedade do preenchimento total de vagas.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. Conforme [cronograma acima](#) (vide parte inicial do edital).

4.2. FORMA DE INSCRIÇÃO: A inscrição deverá ser efetuada por meio do endereço eletrônico <http://www.direito.ufes.br/alunoregular>.

4.3. PROCEDIMENTO DE INSCRIÇÃO: O candidato deve preencher o Requerimento de Inscrição online com todos os dados exigidos, inclusive o comprovante de pagamento e/ou declaração de isenção até a data fixada no [cronograma acima](#) (vide parte inicial do edital).

4.4. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

4.4.1. É de inteira e exclusiva responsabilidade do(a) interessado(a) o completo e correto preenchimento do Requerimento de Inscrição. O PPGDIR/UFES não assumirá responsabilidade por eventuais prejuízos causados pelo preenchimento incorreto e desconsiderará inscrições sem o comprovante de pagamento ou declaração de isenção anexado.

4.4.2. Em caso de recebimento de mais de uma inscrição para o mesmo CPF será considerada apenas o último envio, ou seja, a última inscrição.

4.4.3. Ao requerimento de matrícula deverão ser juntados os seguintes documentos:

- a) Cópia digital de identidade com foto com validade nacional;
- b) Comprovante do pagamento da inscrição;
- c) Se portador de deficiência, declaração no sentido e/ou atestado médico.

4.5. CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO: A inscrição somente será considerada confirmada após conferência, pela Secretaria do PPGDIR/UFES, do comprovante de pagamento anexado no formulário online e demais documentos/dados inseridos. O PPGDIR/UFES enviará para cada candidato, via e-mail, o comprovante de inscrição.

4.6. INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO: Para efetuar sua inscrição no processo seletivo o(a) candidato(a) deverá pagar a taxa de R\$ 200,00 (duzentos reais) mediante o preenchimento da Guia de Recolhimento da União (GRU) de acordo com os seguintes códigos:

UG: 153046

GESTÃO: 15225

CÓDIGO DO RECOLHIMENTO: 28832-2

NÚMERO DE REFERÊNCIA: 15349700250000119

COMPETÊNCIA: 01/2023

VENCIMENTO: 19/01/2023

CPF DO CANDIDATO:





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

NOME DO CANDIDATO:
VALOR PRINCIPAL: R\$ 200,00 VALOR
TOTAL: R\$ 200,00

OBSERVAÇÃO: O preenchimento da GRU deve ser feito online, por meio da página do Tesouro Nacional http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples.asp e o seu pagamento só poderá ocorrer nas agências do Banco do Brasil. No preenchimento da GRU, o(a) candidato(a) deverá atentar com cuidado para os códigos descritos acima. Em caso de erro no preenchimento a inscrição não será aceita pelo PPGDIR/UFES e o valor não poderá ser devolvido.

4.7. ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO: O candidato economicamente desfavorecido deverá solicitar a isenção do pagamento da inscrição no prazo do [cronograma acima](#) (vide parte inicial do edital), comprovando:

- ter inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO), de que trata o Decreto Federal n. 6.135, de 26 de junho de 2007;
- ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal n. 6.135, de 26 de junho de 2007 e
- declarar formalmente essa condição, no formulário de inscrição, indicando o Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CADÚNICO.

4.7.1 A Comissão do Processo Seletivo consultará o órgão gestor do CADÚNICO para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato, a fim de que se faça a análise da condição do candidato e definição da concessão da isenção.

4.7.2 A solicitação de isenção do pagamento da inscrição via CADÚNICO deve ser feita através do formulário presente no ANEXO II, que deve ser preenchido, assinado, escaneado e enviado ao e-mail (pos.direito@ufes.br) até o dia 10/01/2023.

4.8. O resultado da análise da solicitação, pela Comissão de Seleção, será publicado no site no prazo do [cronograma acima](#), em tempo hábil para pagamento e efetivação da inscrição sem a isenção.

4.9. PESSOA COM DEFICIÊNCIA – É assegurado o direito de requerer condições para fazer a prova em sala especial, o que exclui atendimento domiciliar. O candidato deverá assinalar no formulário de inscrição que é pessoa com deficiência, explicitando-a e justificando a necessidade de atendimento especial durante a prova de conteúdo. O candidato deverá comprovar sua condição com declaração e/ou atestado médico que especifique o grau e o tipo de necessidade. O candidato deverá submeter-se à Junta Médica da UFES, quando convocado, que terá o poder de decidir se o(a) candidato(a) necessita ou não de condições especiais para a realização da prova.

4





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

5. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO:

O processo seletivo para ingresso de alunos regulares no curso de Mestrado em Direito Processual oferecido pelo PPGDIR/UFES constará de etapas eliminatórias, cuja reprovação impede o candidato de prosseguir com os exames, e etapas classificatórias, que implicam apenas na classificação do candidato no processo seletivo:

RESUMO DAS ETAPAS OBRIGATÓRIAS DO PROCESSO SELETIVO		
ETAPA	ATIVIDADE	RESULTADO
ETAPA 1	Prova escrita de Conhecimentos Jurídicos (eliminatória e classificatória)	Habilitado(a) ou Eliminado(a)
ETAPA 2	Análise do projeto de pesquisa ou aplicação de Critérios Complementares (eliminatória) . OBS: Todos os candidatos aprovados na Etapa 1, independentemente do que for estabelecido como Critério Complementar de Avaliação pelo Orientador, deverão entregar o PROJETO DE PESQUISA à Secretaria, conforme <u>cronograma acima</u> (vide parte inicial do edital).	Habilitado(a) ou Eliminado(a)
ETAPA 3	Comprovação de Proficiência em Idioma Estrangeiro por meio da apresentação de certificado de aptidão em Língua Estrangeira (eliminatória) .	Habilitado(a) para matrícula ou Eliminado(a)

5.1. ETAPA 1 – PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS:

A prova escrita será dividida em dois blocos: (1) questões objetivas; (2) questões dissertativas.
(a) O primeiro bloco conterà 20 (vinte) questões objetivas (verdadeiro/falso), com peso de 0,25 (zero virgula vinte e cinco pontos), totalizando 5,00 (cinco) pontos.
(b) O segundo bloco conterà 4 (quatro) questões dissertativas, devendo o(a) candidato(a) escolher apenas 2 (duas) para responder. O peso de cada questão dissertativa será de 2,50 (dois e cinquenta) pontos, totalizando 5,00 (cinco pontos).
(c) Em caso de apresentação de mais de 2 (duas) respostas às questões dissertativas, contrariando o item (b) acima, a banca examinará apenas as 2 (duas) primeiras respostas





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

do candidato (segundo ordem cronológica), que será penalizado com a perda de 1,00 (um) ponto do resultado final da nota.

(d) Somente serão corrigidas as questões dissertativas (segundo bloco) dos candidatos que obtiverem a nota mínima 2,50 (dois e meio) pontos na primeira parte da prova, ou seja, que tenham o acerto mínimo de 10 (dez) questões objetivas. Caso o candidato não alcance a nota mínima de 2,50 (dois e meio) na primeira parte da prova (questões objetivas), haverá sua eliminação, não sendo efetuada a correção da segunda parte da prova (questões dissertativas).

(f) Também será eliminado do certame o candidato que, sem prejuízo de alcançar a nota mínima no primeiro bloco (questões objetivas – 2,50 pontos) não obtiver, pelo menos, a nota 3,00 (três) nas questões dissertativas (segunda parte da prova).

5.1.1. A prova de conhecimentos jurídicos que será aplicada no dia **27 de janeiro de 2023, sexta-feira, às 14h**, no CCJE/UFES, e terá duração de 4 (quatro) horas.

5.1.2. Na forma acima explicitada, cada questão objetiva valerá 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos (total de 5,00 pontos) e cada questão dissertativa escolhida pelo(a) candidato(a) valerá 2,50 (dois vírgula cinquenta) pontos (total de 5,00 pontos). Assim, somadas as questões objetivas e as questões dissertativas eleitas pelo candidato, a Prova terá um valor máximo de 10,00 (dez) pontos.

5.1.3. As questões objetivas e dissertativas estarão vinculadas à Bibliografia discriminada neste edital.

5.1.4. A banca fará a avaliação da resposta dos candidatos de acordo com gabarito distribuído após o encerramento da aplicação da prova.

5.1.5. O candidato poderá utilizar até no máximo 2 (duas) folhas pautadas e carimbadas pela secretaria do PPGDIR e deverá entregar a prova com todas as anotações e folhas usadas como rascunho.

5.1.6. A banca descartará todas as folhas que não sejam aquelas carimbadas pela secretaria e o candidato não poderá pedir novas folhas de resposta.

5.1.7. Existe possibilidade de alteração da modalidade da prova de presencial para online, dependendo da mudança das condições sanitárias e das regras da Universidade. Se assim ocorrer, os candidatos serão previamente comunicados.

5.1.8. ORIENTAÇÕES PARA A PROVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS

- a) O candidato não terá, durante a prova, direito a consulta a nenhum material, afastando-se, inclusive, conferência de legislação seca.
- b) A prova deverá ser respondida exclusivamente com caneta esferográfica tinta azul.
- c) Somente terão acesso ao local das provas os portadores de documento original de identificação com foto e do comprovante de inscrição, que será enviado por e-mail pela Secretaria do PPGDIR/UFES.



Processo Seletivo Aluno Regular 2023 - Mestrado em Direito Processual PPGDIR / UFES

Site: www.direito.ufes.br

E-mail: pos.direito@ufes.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

- d) Não terá acesso ao local de prova o candidato que chegar após o início da distribuição das provas aos candidatos já presentes.
- e) Não será admitido o uso de celulares, computadores portáteis ou de qualquer outro equipamento eletrônico que armazene, receba ou transmita informações.
- f) Serão eliminados os candidatos que recorrerem a qualquer material não autorizado pela Banca Examinadora ou não previsto neste edital.
- g) Ao término da aplicação da prova, cada candidato(a) sorteará um código numérico que será disponibilizado pelo fiscal do PPGDIR/UFES, de maneira a impedir a identificação dos candidatos durante o processo de correção e análise de recursos.
- h) Será eliminado o candidato que proceder a qualquer marcação em sua prova que possibilite sua identificação (por exemplo: traços, sublinhados, marcas, borrões, mudança de cores ou tonalidades das canetas etc.).
- i) Será eliminado o candidato que redigir sua prova com caligrafia de difícil compreensão.
- j) É de responsabilidade do candidato marcar o código numérico sorteado no caderno de respostas, assim como anotá-lo em rascunho pessoal e na lista de presença, pois os códigos não serão divulgados durante o processo de correção e análise de recursos.
- k) Os locais de prova serão divulgados no site <http://direito.ufes.br/alunoregular>.
- l) Não será permitido o empréstimo de qualquer espécie de material entre os candidatos durante a realização da prova.
- m) Não será permitida qualquer forma de comunicação entre os candidatos durante a realização da prova.
- n) Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala aguardando até que os(as) três concluam a prova para acompanharem o fechamento dos envelopes e assinarem a Ata de Sala.
- o) O PPGDIR/UFES não se responsabiliza em disponibilizar a bibliografia para os candidatos.

7

5.1.9 BIBLIOGRAFIA DA PROVA ESCRITA

A prova escrita versa sobre temas de Direito Processual contemplados na bibliografia abaixo:

- BONFIGLI, Fiammetta; ALMEIDA, Carlos Henrique Meneghel de. “Em busca da verdade: uma análise das concepções de verdade nas comissões de verdade e no processo penal brasileiro”. *Redes: Revista Eletrônica Direito e Sociedade*, Canoas, v. 8, n. 3, p. 17-47, dez. 2020.
- BUFULIN, Augusto Passamani; ARAÚJO, Caio Souto. “Julgamento conforme o estado do processo no Código de Processo Civil de 2015 – parte 1: da extinção do processo ao julgamento antecipado parcial do mérito”. *Revista de Processo*, n. 326. São Paulo: RT 2022.
- BUFULIN, Augusto Passamani; ARAÚJO, Caio Souto. “Julgamento conforme o estado



Processo Seletivo Aluno Regular 2023 - Mestrado em Direito Processual PPGDIR / UFES
Site: www.direito.ufes.br
E-mail: pos.direito@ufes.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

do processo no Código de Processo Civil de 2015 – parte 2: da extinção do processo ao julgamento antecipado parcial do mérito”. *Revista de Processo*, n. 327. São Paulo: RT 2022.

- CABRAL, Trícia Navarro Xavier. “Justiça multiportas e inovação”. *Tecnologia e justiça multiportas*. Indaiatuba: Foco, 2021, p. 261-274
- CAMPOS, Adriana Pereira. “Supremas decisões: injustiças notórias e nulidades manifestas (1829-1841)”. *Rev. Fac. Direito UFMG*, Belo Horizonte, n. 74, pp. 17-37, jan./jun. 2019.
- DIAS, Ricardo Gueiros Bernardes; PEREIRA, Diogo Abineder Ferreira Nolasco. “Justiça multiportas e os conflitos envolvendo a administração pública: arbitragem e os interesses públicos disponíveis”. *Revista Jurídica Unicuritiba*. Curitiba. v. 03, n.60, p. 361-383, Jul-Set. 2020.
- GONÇALVES, Tiago Figueiredo; MAZZEI, Rodrigo. “Ensaio sobre o processo de execução e o cumprimento de sentença como bases de importação e exportação no transporte de técnicas processuais”. In: *Processo de execução e cumprimento de sentença: temas atuais e controvertidos*. São Paulo: RT, 2020.
- LIMA NETO, Francisco Vieira; SILVESTRE, Gilberto Fachetti. “O abuso do poder de denunciar e o direito de não ser réu: uma leitura a partir do novo art. 28 do Código de Processo Penal (Lei 13.964/2019)”. *Revista de Processo*, n. 307. São Paulo: RT, 2020.
- JEVEAUX, Geovany Cardoso; ZANETI Jr., Hermes. “Controle difuso no novo CPC”. *Revista de Direito Brasileira*, São Paulo, SP, v. 16, n. 7, p. 324 – 345, Jan./Abr. 2017.
- MADUREIRA, Claudio. Modelo de precedentes e justiça: contributo para a realização da justiça nos casos concretos. Vitória: EDUFES, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/12140/1/LIVRO_15_Modelo_precedentes_al_teracoes_professor.pdf. Capítulo 6 - Modelo de precedentes e justiça
- MAZZEI, Rodrigo. “Ensaio sobre a multipolaridade e o policentrismo (com projeção aos conflitos internos do inventário ‘causa mortis’)”. *Ensaio sobre o inventário sucessório*. Salvador: Juspodivm, 2022, p. 27-62.
- MOSCHEN, Valesca Raizer Borges. “A mediação comercial internacional na pauta da harmonização processual civil internacional: a Convenção de Singapura (2018)”. *Revista Vox*, n. 13, p. 68-96, jan.-jun. 2021.
- MOUSSALLEM, Tárek Moysés. “Sobre as definições”. In: Lucas Galvão de Brito. (Org.). *Lógica e Direito*. São Paulo: Noeses, 2016, v. , p. 249-270.
- ROCHA, Claudio Jannotti da *et al.* “A Extensão Territorial da Sentença na Ação Civil Pública: evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal até a pronúncia da inconstitucionalidade do artigo 16 da lei 7.347/1985”. *Direito Material e Processual do Trabalho Constitucionalizados*, vol. 4. São Paulo: OAB Nacional/Lex Magister, 2021.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

- RODRIGUES, Marcelo Abelha. "Observações sobre o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica". *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, n. 102, Maio-Jun/2021.
- ZANETI Jr., Hermes. *A constitucionalização do processo*. 3ª ed. São Paulo: RT, 2022. Cap. 2, p. 107-195.

OBS: O PPGDIR/UFES não se responsabiliza em disponibilizar as obras e artigos para os candidatos.

5.2. ETAPA 2 – ANÁLISE DO PROJETO DE PESQUISA E APLICAÇÃO DE CRITÉRIOS COMPLEMENTARES:

5.2.1. Apenas os candidatos HABILITADOS na Prova Escrita de Conhecimentos Jurídicos, observadas as notas mínimas definidas no edital (item 5.1), ou seja, 2,50 (dois virgula cinquenta) no bloco de questões objetivas e 3,00 (três) no bloco de questões dissertativas, poderão concorrer na ETAPA 2.

5.2.2. Nesta ETAPA 2, os candidatos deverão optar por um dos Orientadores mencionados no [Anexo I](#), concorrendo, assim a uma das vagas por ele oferecida.

5.2.3. Cada candidato poderá optar por somente um Orientador, observando o [cronograma acima](#) (vide parte inicial do edital).

5.2.4. Os candidatos HABILITADOS na prova de conhecimentos jurídicos serão submetidos ao exame de Análise do Projeto de Pesquisa, cuja responsabilidade é exclusiva do professor orientador pretendido pelo candidato e terá a atribuição de nota de 0 a 10, sendo exigida a nota mínima de 7,0 (sete) para a HABILITAÇÃO do candidato para a próxima etapa (Comprovação de Proficiência em Idioma Estrangeiro).

5.2.5. Todos os candidatos, independentemente do que for estabelecido como Critério Complementar de Avaliação pelo Orientador, deverão enviar o PROJETO DE PESQUISA em PDF através de formulário online disponível no site <http://direito.ufes.br/alunoregular>, conforme [cronograma acima](#) (vide parte inicial do edital).

5.2.6. O projeto de Pesquisa obrigatoriamente será limitado à ÁREA DE CONCENTRAÇÃO do PPGDIR/UFES e em uma das linhas de pesquisa do Programa. Projetos fora da área de concentração do PPGDIR/UFES e da Linha de Pesquisa do pretendido Orientador não serão analisados e o(a) candidato(a) será eliminado(a) do processo seletivo.

5.2.7. As linhas de pesquisa de cada professor do programa estão indicadas no ANEXO I.

5.2.8. Nesta ETAPA 2, além de Análise do Projeto de Pesquisa, o Orientador poderá optar por um, alguns ou todos os critérios complementares de avaliação, descritos nos itens seguintes:

- a) Entrevista presencial ou virtual, por banca de dois ou três docentes, da qual participará o orientador. A entrevista será previamente marcada e poderá ser gravada pelo orientador. Neste caso, os candidatos serão notificados sobre a realização da entrevista virtual através do e-mail cadastrado na inscrição com o mínimo de 72 horas





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

de antecedência.

b) Aplicação de prova escrita, dissertativa ou objetiva, presencial ou remota, com programa e bibliografia indicados pelo Orientador.

c) Avaliação do currículo lattes do candidato, devendo, o Orientador, solicitar que o currículo lhe seja entregue em prazo não inferior a 72 (setenta e duas) horas.

d) Aproveitamento da nota obtida na Prova de Conhecimentos Jurídicos.

5.2.9. O professor poderá utilizar um dos critérios acima ou combinar dois ou mais deles, do modo como julgar mais adequado à avaliação do projeto do candidato.

5.2.10. Caso o orientador escolha mais de uma opção de avaliação nesta etapa, o Projeto de Pesquisa terá peso 6,00 (seis). As notas das avaliações previstas no item 5.2.8 terão peso 4,00 (quatro) e, caso o Orientador use mais de uma, serão somadas, tendo cada uma o mesmo peso de pontuação e a nota respectiva será obtida pela média simples entre elas. A nota final será o resultado da soma da pontuação do Projeto de Pesquisa com a pontuação da(s) avaliação(ões) suplementar(es). Não havendo avaliação complementar (item 5.2.8), a nota será obtida apenas com a pontuação do Projeto de Pesquisa (10,00 pontos).

5.2.11. Os critérios empregados por cada orientador para a seleção dos seus orientandos serão divulgados pela Secretaria do PPGDIR/UFES juntamente com a publicação do resultado final da ETAPA I.

5.2.12. Os orientadores que não disponibilizarem os seus critérios de seleção à Secretaria com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência à data prevista para a divulgação do resultado final da ETAPA I não poderão empregar os critérios alternativos previstos no item 5.2.8.

5.2.13. Se um Orientador não foi escolhido ou, se escolhido, todos os candidatos forem por ele reprovados, a vaga não preenchida poderá ser distribuída pela Coordenação a outro Professor do PPGDIR-UFES. Para tanto, será necessária a aceitação expressa do Professor a quem caberá a orientação e também do candidato.

5.2.14. CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A ANÁLISE DO PROJETO DE PESQUISA:

- a) Pertinência à linha de pesquisa indicada (eliminatório).
- b) Relevância jurídico-social do tema proposto.
- c) Adesão às pesquisas realizadas pelo orientador pretendido.
- d) Correção da linguagem e do conteúdo.
- e) Consistência e viabilidade do projeto proposto.

5.2.15. ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA- O projeto deverá conter até 20 (vinte) páginas (incluídas a capa, sumário e a bibliografia), digitadas em papel A4; espaço 1,5; fonte Times New Roman tamanho 12; contendo basicamente os seguintes itens:

- a) Título.
- b) Nome do orientador pretendido.



Processo Seletivo Aluno Regular 2023 - Mestrado em Direito Processual PPGDIR / UFES

Site: www.direito.ufes.br

E-mail: pos.direito@ufes.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

- c) Apresentação do problema de pesquisa (incluindo justificativa e relevância).
- d) Pertinência da pesquisa com a ÁREA DE CONCENTRAÇÃO do PPGDIR/UFES, bem como a linha de pesquisa de atuação do orientador pretendido.
- e) Objetivos da pesquisa.
- f) Referencial teórico para a abordagem do problema.
- g) Metodologia de investigação.
- h) Cronograma para 24 meses.
- i) Referências contendo inclusive obras estrangeiras do idioma escolhido pelo candidato na etapa de aptidão em Língua Estrangeira.

5.2.16. ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO

- a. BARROS, A. D. J. P. D.; LEHFELD, N. A. D. S. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- b. GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- c. KAHLMEYER-MERTENS, R. S. E. A. Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- d. LUNA, S. V. D. Planejamento de pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002.
- e. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. Normalização de Referências NBR 6023:2002. Vitória: EDUFES, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/1532>
- f. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. Normalização e Apresentação de Trabalhos Científicos e Acadêmicos. Vitória: EDUFES, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/1533>

11

OBS: O PPGDIR/UFES não se responsabiliza pela disponibilização das obras para os(as) candidatos(as).

5.2.17. PRAZO PARA O DEPÓSITO DO PROJETO DE PESQUISA E RESULTADO

- a. Os candidatos deverão depositar o projeto de pesquisa em formato PDF (limite de 15MB), em formulário online que estará disponível em www.direito.ufes.br/alunoregular conforme instruções no prazo estabelecido no [cronograma acima](#) (vide parte inicial do edital).
- b. Somente os projetos dos candidatos habilitados na prova escrita serão analisados. O resultado desta etapa será divulgado conforme [cronograma acima](#) no site www.direito.ufes.br/alunoregular.



Processo Seletivo Aluno Regular 2023 - Mestrado em Direito Processual PPGDIR / UFES
Site: www.direito.ufes.br
E-mail: pos.direito@ufes.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

5.3. ETAPA 3 – PROFICIÊNCIA EM IDIOMA ESTRANGEIRO:

5.3.1 O candidato habilitado na etapa 2 deverá comprovar proficiência em uma língua estrangeira (inglês, francês, italiano ou alemão) através de um dos certificados elencados abaixo, os quais deverão estar dentro do seu prazo de validade:

- a. CELI (CERTIFICADO DE CONHECIMENTO DE LÍNGUA ITALIANA): serão aceitos exames de proficiência em italiano CELI 2 - B1 emitidos em intervalo de tempo inferior a 3 (três) anos.
- b. CILS (CERTIFICADO DE ITALIANO COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA): serão aceitos exames de proficiência em italiano CILS B1 emitidos em intervalo de tempo inferior a 3 (três) anos.
- c. DELF: serão aceitos exames de proficiência em francês DELF B1 emitidos em intervalo de tempo inferior a 3 (três) anos.
- d. Goethe-Zertifikat: serão aceitos exames de proficiência em alemão Goethe-Zertifikat nível B1 emitidos em intervalo de tempo inferior a 3 (três) anos.
- e. IELTS: certificado válido no exame de seleção do IELTS com pontuação mínima de 4,5 pontos emitidos em intervalo inferior a 3 (três) anos.
- f. NÚCLEO DE LÍNGUAS DA UFES: Declaração de Desempenho Individual em Compreensão de Leitura em Língua Estrangeira (inglês, francês ou italiano) do Núcleo de Línguas da UFES com nota igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, emitidos em intervalo inferior a 3 (três) anos. Também serão aceitos os certificados do exame realizado pelo iTEP (on-line e customizado para a UFES) com resultados iTEP B1 ou B2 ou C1 emitidos em intervalo inferior a 3 (três) anos.
- g. TOEFL: são aceitos os seguintes certificados TOEFL, emitidos em intervalo inferior a 3 (três) anos, acompanhados das devidas pontuações mínimas:
 - Certificado válido no exame de seleção de TOEFL-iBT (“Internet-Based Test”) com pontuação mínima de 50 pontos;
 - Certificado válido no exame de seleção de TOEFL-PBT (“Paper-Based Test”) com pontuação mínima de 400 pontos;
 - Certificado válido no exame de seleção de TOEFL-CBT (“Computer-Based Test”) com pontuação mínima de 140 pontos;
 - Certificado válido no exame de seleção de TOEFL-ITP (“Institutional Testing Program”) com pontuação mínima de 337 pontos.

12

OBS.: A responsabilidade por esta etapa da seleção será da Coordenação do PPGDIR, com apoio da Secretaria.

5.3.2 PRAZO PARA O DEPÓSITO DO CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA: O processo seletivo do



Processo Seletivo Aluno Regular 2023 - Mestrado em Direito Processual PPGDIR / UFES
Site: www.direito.ufes.br
E-mail: pos.direito@ufes.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

PPGDir não se vincula nem se subordina a cronogramas das entidades certificadoras acima mencionadas.

5.3.3 Os candidatos que tiverem sido aprovados na etapa 2 deverão, no prazo mencionado no cronograma editalício, depositar cópia legível em PDF (máximo 15MB) de um dos certificados acima em formulário online que estará disponível em www.direito.ufes.br/alunoregular.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES ACERCA DO CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA: Os candidatos que não depositarem um dos certificados de proficiência em língua estrangeira aceitos conforme item 5.3.1 deste edital no prazo mencionado no cronograma editalício serão eliminados do processo seletivo. Neste caso, os suplentes, se houverem, serão convocados para apresentarem o certificado conforme calendário constante neste edital. O prazo não será prorrogado e o depósito do certificado só será aceito se feito em formulário online conforme as instruções acima. No Anexo III deste edital há indicação de informações complementares a respeito das instituições que fornecem os certificados aceitos pelo PPGDIR/UFES.

6. DO CRONOGRAMA:

As datas e respectivos horários dos certames definidos neste edital encontram-se dispostos no início deste edital. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado no site <http://www.direito.ufes.br/alunoregular>. Ao candidato é atribuída a responsabilidade pela tomada de conhecimento de todas as etapas, datas, locais e horários de realização deste processo seletivo.

7. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

7.1. Todos os resultados serão divulgados no site <http://www.direito.ufes.br/alunoregular>. O resultado final com a ordem de classificação e lista dos aprovados será divulgada no dia mencionado no cronograma acima.

7.2. Havendo empate no resultado final serão utilizados os critérios de desempate na seguinte ordem:

- a) maior idade;
- b) exercício atual do magistério em qualquer nível em instituição de ensino da rede regular (excetuando-se escolas preparatórias para concurso e de aperfeiçoamento profissional);
- c) possuir Pós-graduação lato sensu.

Persistindo o empate a vaga será sorteada em sessão pública, que terá dia e horário divulgados no site <http://www.direito.ufes.br/alunoregular>.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

8. RECEBIMENTO DE RECURSOS:

Todos os recursos deverão ser fundamentados e dirigidos à banca examinadora, com exceção dos recursos referentes à etapa 2 (dois) que devem ser endereçados ao professor orientador pretendido, no prazo referido no [cronograma acima](#), após a divulgação de cada resultado. Os recursos referentes à prova escrita não devem ser identificados, exceto pelo número sorteado. Os recursos devem ser enviados exclusivamente via site www.direito.ufes.br/alunoregular, em formulário online específico, que estará disponível somente nas datas informadas no calendário.

9. RESULTADO FINAL:

9.1. O resultado final do processo seletivo consistirá na habilitação e classificação do candidato em todas as etapas, a qual definirá a ordem de classificação dos(as) candidatos(as) obedecendo-se o limite de vagas de cada orientador.

9.2. Não haverá lista de espera ou suplentes após o resultado final.

9.3. O resultado final será divulgado no dia mencionado no [cronograma acima](#) por meio do site www.direito.ufes.br/alunoregular. Será eliminado da seleção o candidato que, se aprovado, NÃO apresentar no momento de requerimento da matrícula prova de que tenha colado grau em Direito.

10. MATRÍCULAS:

10.1. Os aprovados deverão efetuar matrícula, conforme instruções a serem divulgadas no site www.direito.ufes.br/alunoregular em até 72h (setenta e duas horas) antes do primeiro dia de matrícula.

10.2. Os aprovados que não efetuarem a matrícula conforme orientações deste edital serão eliminados e perderão direito à vaga. Não haverá segunda chamada ou lista de suplentes.

10.3 DOCUMENTAÇÃO PARA MATRÍCULA: É necessário apresentar presencialmente na secretaria do PPGDIR os seguintes documentos originais para autenticação, observado cronograma:

- a) Diploma de graduação em direito (frente e verso) ou da declaração de colação de grau; será eliminado da seleção o candidato que, se aprovado, NÃO apresentar no momento do requerimento de matrícula prova de que tenha colado grau em Direito.
- b) Histórico final da graduação.
- c) Carteira de identidade.
- d) Certidão de nascimento ou Certidão de Casamento.
- e) CPF (caso não conste na carteira de identidade).
- f) Título de Eleitor.
- g) Certificado de Reservista (para candidatos do sexo masculino).





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

h) 1 (uma) foto 3X4 recente.

OBS.: Os documentos originais serão escaneados e autenticados pelo servidor da secretaria e arquivados digitalmente no assentamento individual do aluno, com exceção da foto 3x4, que será utilizada na carteirinha estudantil. Os diplomas de graduação obtidos no exterior somente serão aceitos se estiverem convalidados por IES brasileira devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação. Em hipótese alguma serão aceitas matrículas em desacordo com as exigências documentais fixadas neste Edital. A omissão de informações ou documentos obrigatórios pelo candidato resultará no imediato indeferimento de sua matrícula.

11. BANCA EXAMINADORA:

a. A banca examinadora do presente processo seletivo é composta pelos seguintes Membros Titulares: Prof. Dr. Rodrigo Reis Mazzei (Presidente); Prof. Dr. Tiago Figueiredo Gonçalves (Membro); e Prof. Dr. Thiago Ferreira Siqueira (Membro).

12. CASOS OMISSOS:

Os casos omissos serão julgados pelos membros da banca examinadora e, havendo necessidade, serão encaminhados para decisão do Colegiado Acadêmico do PPGDIR/UFES.

13. INFORMAÇÕES DO PROCESSO SELETIVO:

As informações pertinentes ao presente processo seletivo serão publicadas no site <http://www.direito.ufes.br>, e mais especificamente no site <http://www.direito.ufes.br/alunoregular>. Para informações complementares e não previstas no presente Edital será disponibilizado atendimento por meio do endereço eletrônico pos.direito@ufes.br. Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais, horários de realização da prova ou qualquer situação contemplada no certame. O candidato deverá observar rigorosamente o Edital e os comunicados divulgados no site <http://www.direito.ufes.br/alunoregular>.

15

Vitória-ES, 11 de novembro de 2022.

Prof. Dr. Geovany Cardoso Jevaux
COORDENADOR DO PPGDIR/UFES



Processo Seletivo Aluno Regular 2023 - Mestrado em Direito Processual PPGDIR / UFES
Site: www.direito.ufes.br
E-mail: pos.direito@ufes.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

ANEXO I – ORIENTADORES E VAGAS DISPONÍVEIS

LINHAS DO PPGDIR-UFES

Linha 1 - SISTEMAS DE JUSTIÇA, CONSTITUCIONALIDADE E TUTELAS DE DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Linha 2 - PROCESSO, CONSTITUCIONALIDADE E TUTELA DE DIREITOS EXISTENCIAIS E PATRIMONIAIS.

PROFESSORES	LINHA DE PESQUISA	VAGAS OFERTADAS
Adriana Pereira Campos	Linha 1	02
Augusto Passamani Bufulin	Linha 2	02
Cláudio Jannotti da Rocha	Linha 1	04
Claudio Penedo Madureira	Linha 1	--
Flavio Cheim Jorge	Linha 2	02
Francisco Vieira Lima Neto	Linha 2	02
Geovany Cardoso Jevaux	Linha 1	02
Gilberto Fachetti Silvestre	Linha 2	02
Hermes Zaneti Junior	Linha 1	04
Marcelo Abelha Rodrigues	Linha 2	02
Ricardo Gueiros Bernardes Dias	Linha 1	02
Rodrigo Reis Mazzei	Linha 2	03
Thiago Ferreira Siqueira	Linha 2	02
Tiago Figueiredo Gonçalves	Linha 2	02
Trícia Navarro Xavier Cabral	Linha 2	02
Valesca Raizer Borges Moschen	Linha 2	02

16



Processo Seletivo Aluno Regular 2023 - Mestrado em Direito Processual PPGDIR / UFES
Site: www.direito.ufes.br
E-mail: pos.direito@ufes.br

Programa de Pós-Graduação em Direito Processual



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

ANEXO II – INSTRUÇÕES SOBRE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

A Universidade Federal do Espírito Santo, representada pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Processual, em atendimento à Recomendação GAB-LLO nº 51/2007, definiu as normas do Processo de Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição do Processo Seletivo para candidatos (as) que comprovarem insuficiência de recursos financeiros para o pagamento da mesma, na forma abaixo:

Os pedidos de isenção de taxa de inscrição deverão ser efetuados através do endereço eletrônico <http://www.direito.ufes.br/alunoregular> no período definido no Cronograma da seleção até às 16h59min.). É de inteira e exclusiva responsabilidade do(a) interessado(a) o completo e correto preenchimento do Requerimento de Inscrição. O PPGDIR/UFES não assumirá responsabilidade por eventuais prejuízos causados pelo preenchimento incorreto do mesmo.

Os pedidos de isenção de taxa de inscrição deverão ser encaminhados à Banca Examinadora de Seleção através do link <http://www.direito.ufes.br/alunoregular> juntamente com os documentos listados a seguir (digitalizados em formato .pdf ou .jpeg):

- a) declaração de imposto de renda do candidato ou de seu responsável, caso seja dependente, referente ao ano base de 2021 ou declaração de isenção;
- b) contracheque(s), declaração de salário, pensão ou aposentadoria do candidato, se houver;
- c) comprovação de que concluiu ou concluirá o curso de graduação em instituição pública de ensino ou em instituição privada na qualidade de bolsista (integral ou parcial);
- d) comprovante de inscrição no Cadastro Único dos Programas do Governo Federal (Decreto nº 6.593/2008) atualizado nos últimos 2 (dois) anos.

§ 1º. A divulgação do resultado do julgamento dos pedidos de isenção ocorrerá no dia mencionado no Cronograma da seleção, por meio de listagem afixada no quadro de avisos da secretaria deste programa e no site <http://www.direito.ufes.br/alunoregular>. Em caso de ser concedida a isenção, o candidato receberá por e-mail a declaração de isenção, a fim de cumprir os demais procedimentos previstos, que obedecerão aos





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

prazos e horários estabelecidos no presente edital.

§ 2º. Somente será concedida isenção integral aos candidatos cuja renda própria ou do responsável não for superior a 1 (um) salário mínimo; e isenção parcial (50%) aos candidatos cuja renda própria ou do responsável não for superior a 3 (três) salários mínimos.

§ 3º. O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido, caso queira participar do processo seletivo, deverá efetuar pagamento e observar demais certames para inscrição.

§ 4º. O candidato que tiver seu pedido de isenção deferido em 50% (isenção parcial), caso queira participar do processo seletivo, deverá efetuar pagamento do restante (R\$ 100,00) e observar demais certames para inscrição. O candidato que tiver seu pedido de isenção deferido em 100% (isenção integral), caso queira participar do processo seletivo, deverá efetuar a inscrição após o recebimento da declaração de isenção, documento este que substituirá o comprovante de pagamento no formulário online de inscrição.

OBS: A concessão da isenção (parcial ou integral) não exige o candidato do preenchimento do formulário de inscrição do processo seletivo disponível online no site <http://www.direito.ufes.br/alunoregular>, portanto deverá observar o prazo e demais certames da inscrição.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

ANEXO III – INSTRUÇÕES SOBRE OS CERTIFICADOS DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Recomendamos atenção de todos candidatos para esta etapa do processo seletivo, pois esta fase é eliminatória, isto é, mesmo que o candidato tenha sido aprovado em todas as etapas anteriores, caso não apresente um dos certificados listados no item 4.4 deste edital, será eliminado e não fará jus ao direito de matricular-se. Portanto, a fim de evitar problemas posteriores, recomendamos que os interessados busquem informações juntamente às instituições abaixo quanto as datas de aplicação das provas, data dos resultados, valores, condições, etc, com a devida antecedência. O PPGDIR/UFES não é responsável pela aplicação da prova e/ou emissão de certificado de Proficiência e também não tem nenhuma gerência sobre o calendário e regras de aplicação da prova, independente da instituição promotora.

Para se inscrever em um dos testes, o(a) candidato(a) deve procurar um dos centros aplicadores e buscar diretamente com o empreendimento todas as informações necessárias. É de extrema importância verificar juntamente ao aplicador se o resultado (certificado) estará disponível até a data de entrega atrelada ao edital 04/2022, pois neste dia o mesmo deverá ser enviado pelo candidato(a), até às 16:00h. Não haverá prorrogação deste prazo, ou segunda chamada.

19

Abaixo seguem os links oficiais de cada um dos certificados aceitos pelo PPGDIR/UFES.

CELI - <https://www.unistrapg.it/en/certificati-di-conoscenza-della-lingua-italiana/centri-d-esame-celi>

CILS - <https://cils.unistrasi.it/>

DELFL - <http://www.ciep.fr/delf-dalf>

GOETHE-ZERTIFIKAT - <https://www.goethe.de/ins/br/pt/spr/prf.html>

IELTS - <https://ielts.britishcouncil.org/Default.aspx>

NÚCLEO DE LÍNGUAS DA UFES - <http://www.nucleodelinguas.ufes.br/editais-pos-graduacao>

TOEFL - <https://www.ets.org/pt/toefl>

TOEFL (Gratuito para alunos da UFES) - <http://www.internacional.ufes.br/pt-br/testes-de-profici%C3%Aancia>



Processo Seletivo Aluno Regular 2023 - Mestrado em Direito Processual PPGDIR / UFES

Site: www.direito.ufes.br

E-mail: pos.direito@ufes.br